

# O escotismo e o *gangsta*

## duas linhas de ancestralidade das organizações juvenis brasileiras<sup>1</sup>

Fabio Magalhães Candotti

### 1. Um mito jovem para a democracia participativa

Nas grandes narrativas contemporâneas a respeito das relações entre juventude e política, o conjunto altamente heterogêneo e mundialmente difuso de pequeno e grandes eventos que marcaram os anos 1960 e 70 aparece quase sempre como um referencial absoluto para pensar o tempo presente e agir em direção ao futuro. Daquele momento histórico extraem-se mil mitos.

Dizer mito não é o mesmo que denunciar uma ausência de veracidade por parte de alguma narrativa. Mitos não são passíveis de verificação empírica. Como também não são privilégio – muito menos doença – de um pensamento “selvagem”, “primitivo” ou “pré-moderno”. Mitos são narrativas que tratam da origem das coisas tal como as conhecemos, ou seja, contam acontecimentos que explicam como o mundo se tornou aquilo que ele é e o porque de fazermos o que fazemos de uma maneira ou de outra. Pouco importa há quanto tempo ou durante quanto tempo o acontecimento narrado se deu. Importa que, no momento em que se deu, as coisas ainda não eram como são, como importa que seja possível sentir seus efeitos no momento em que é narrado. Assim, qualquer mito é íntimo de algum lugar. E ainda que haja mitos que pareçam ser íntimos de muitos lugares, é porque não há *o mito*, mas muitos mitos em variação contínua através do tempo e do espaço.

Impossível e inútil, portanto, tentar enunciar aquilo que seria *o* mito capaz de fazer daquele conjunto de acontecimentos um referencial absoluto para a política contemporânea. Cabe, antes, apresentar uma versão potente dentre os mil mitos que se contam por aí. Uma versão que será útil para analisar os procedimentos de cauterização de uma das feridas mais profundas já produzidas sobre o corpo do saber governamental moderno<sup>2</sup>.

*Corriam os anos 1960. A civilização humana já havia atingido uma etapa bastante avançada de sua evolução quando a parcela mais privilegiada de sua juventude, justamente por já*

---

1 Este trabalho publica alguns dos resultados da pesquisa de doutorado realizada na Unicamp e concluído em 2011. A pesquisa teve o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2 A análise que segue é inspirada, por um lado, num pequeno artigo de jornal de J. Rancière (2008) e numa série de três ensaios da socióloga Irene Cardoso (2006, 1998, 1993), que consistem em reflexões sobre a memória de 1968 em contextos de “comemoração” (dos 20 e dos 30 anos) ou em função de comparações com acontecimentos mais recentes.

*desfrutar de uma abundância material, de um esclarecimento e de uma liberdade jamais vivenciados, foi capaz de se revoltar contra o mundo adulto e seu moralismo autoritário então dominante, provocando uma verdadeira revolução que atingiu em cheio a ordem dos valores e dos costumes – sendo por isso considerada a grande revolução cultural do século XX. Foi um tempo de ações radicais. Numa ponta, passeatas e confrontos nas ruas, e mesmo uma certa opção por ações violentas. Numa outra, o abandono da civilização, em nome da paz e de uma vida mais livre e natural. Assim, por um lado, a vitória daquela geração de jovens foi o início de um progressivo enfraquecimento de tudo aquilo que pertencia ao moralismo autoritário do mundo adulto, como a valorização da normalidade, do trabalho duro e masculino, da hierarquia, da obediência irrestrita aos mais velhos, da guerra e da disciplina reta. Foi, portanto, a origem de uma série de valores que hoje nos parecem tão fundamentais, como o apreço pela horizontalidade em todas as esferas da vida, a defesa das diferenças individuais e culturais, a importância concedida à criatividade, a aproximação entre trabalho e prazer, os direitos à liberdade e à igualdade sexual, à paz entre as nações e à participação das minorias. Por outro lado, no entanto, tudo isso possibilitou igualmente o crescimento do individualismo, do hedonismo e do niilismo, do despreço pela ordem e por qualquer forma de tradição ou autoridade, alimentando uma crise sem fim que atinge tanto o mundo público quanto o privado. Enfim, após os anos 1960 ou, mais precisamente, após 1968, a civilização humana nunca mais seria a mesma e a juventude passaria a ocupar uma posição central e, por isso mesmo, extremamente delicada para sua evolução.*

Eis um mito. Não é preciso pesquisar muito para saber que houve algo mais, ainda que não se queira teorizar muito. Foram insurreições, revoluções, revoltas, greves, guerrilhas, reviravoltas mais ou menos profundas nas relações de poder, protagonizadas por povos africanos, asiáticos e latinoamericanos, por trabalhadores na Europa, por negros e indígenas nos EUA. Momento de avanços e esperanças para o Terceiro Mundo – mesmo daquele que habitava as entranhas do Primeiro e do Segundo. Momento de construção dispersa de uma terceira via que não reconciliava ninguém com ninguém e fazia emergir mil outros problemas e mil outras soluções a partir de conexões imprevistas que deixavam exposto e colocavam em cheque o solo comum ao capitalismo liberal e ao socialismo soviético. Momento, portanto, de reviravolta no plano dos saberes onde um certo marxismo chinês aparece como uma inspiração comum para lutas em todos os grandes continentes – inclusive para os negros estadunidenses, cuja organização, embebida em princípios islâmicos, torna-se referência para as lutas indígenas no mesmo país. Momento onde a libertação da África frente ao colonialismo inspira revoltas de universitários europeus, que também se voltam para a realidade latino-americana – narrada por aqueles que conseguiram escapar de ditaduras instauradas justamente com a missão de conter a emergência de regimes socialistas renovados e empurrados por lutas populares.

No entanto, ao longo das últimas quatro décadas, quando as grandes mídias, os

materiais didáticos e mesmo uma parte considerável das ciências humanas dedicaram-se a tratar daquele momento, uma das abordagens mais comuns foi aquela em que tudo pode ser resumido a uma grande revolta dos jovens, principalmente os universitários do Primeiro Mundo e dos grandes centros do Terceiro Mundo. Mesmo quando apenas de maneira breve, mesmo que pontuadas em função dos propósitos particulares de cada vídeo e de cada texto, mesmo que variando os acontecimentos relevantes para cada lugar, esse mundo de acontecimentos serviu quase sempre como um elemento indispensável na organização de narrativas que, de um jeito ou de outro, procuraram apresentar as origens do conjunto de “liberdades” e do regime democrático que hoje poderíamos desfrutar, apontando para o protagonismo daqueles jovens.

Assim, rapidamente, 1968 tornou-se um ano mítico tanto para as reflexões mais “qualificadas” a respeito da vida social dos mais jovens quanto para a afirmação da democracia. Momento que seria fundamentalmente de protestos e rebeldias, tanto diante dos excessos e arbitrariedades dos poderosos, com suas guerras e repressões autoritárias, quanto diante do moralismo dos mais velhos, dos pais e professores, seus julgamentos e sua constante mania em dizer “não!”. Momento, portanto, em que os jovens conquistariam uma certa liberdade perante os mais velhos e o reconhecimento de sua singularidade como sujeitos ativos e responsáveis perante a sociedade e o Estado. Momento, enfim, em que teriam sido os protagonistas da última grande batalha mundial pela emancipação da humanidade, de modo que, hoje, deveríamos lhes agradecer pelas liberdades que temos e por podermos ao menos reivindicar o nosso “direito à participação” nas mais diversas esferas da vida social.

Assim, dos anos 1980 aos 2000, em diversos centros urbanos das Américas<sup>3</sup>, quando a vida dos trabalhadores mais “obsoletos” passou a ser governada à base de favelização, chacinas e encarceramento, as novas organizações populares que emergiram – fossem elas lideradas por jovens ou não – encontraram na “participação juvenil” ao mesmo tempo um meio e um mote privilegiados para suas lutas. Com isso, fizeram dos jovens de 1968 – jovens universitários de classe média – seus ancestrais. Na medida em que essa aliança passa pela construção de um mito que é tipicamente moderno, o traçado dessa linha de ancestralidade envolve o recurso a uma genealogia evolucionista e culturalista de “influências”. Um princípio de organização das narrativas que confere à relação entre passado e futuro um sentido de superação, como se cada nova geração genealógica fosse um melhoramento

independente; como se, além de mortos, os ancestrais não continuassem a agir através de tudo aquilo que ajudaram a criar; como se só pudéssemos reconhecer nossa ancestralidade pelos registros escritos e visuais de nossos ancestrais. Enfim, como se o interesse por isso tudo não tivesse muita relação com problemas práticos que enfrentamos diariamente.

As páginas que seguem não pretendem, de maneira alguma, questionar a força ou a pertinência dessa relação de ancestralidade. Ao invés disso, elas apresentarão outras duas linhas de ancestralidade para a nova geração de organizações populares brasileiras. Duas narrativas que ajudarão a entender a própria construção e o lugar atual e insistente do mito moderno de 1968. Mas, acima de tudo, duas narrativas organizadas em função de outro princípio: uma geologia dos saberes e das tecnologias políticas. Talvez por isso elas remetam a dois ancestrais inicialmente bastante controversos: primeiro, aos movimentos juvenis da primeira metade do século XX, considerados por muitos como expressões de um período marcado pelo racismo e pelo totalitarismo; depois, ao *gangsta*, certamente a via mais condenada dentre todas as que foram tomadas pelo movimento Hip Hop estadunidense desde sua invenção nos anos 1970. Ainda que não sejam reivindicadas verbalmente, as práticas das referidas organizações populares não param de agenciar e misturar essas duas linhas de ancestralidade, pelas quais o passado carrega os potenciais para o futuro.

## 2. Um sistema elástico e participativo: o escotismo

Em fins do século XIX, na Europa ocidental, a famosa “invenção da adolescência” é acompanhada por uma igualmente conhecida preocupação humanista com o tempo livre dos mais jovens. Para isso, a velha aliança entre a família, a escola e a Igreja já não demonstrava ser suficiente. “Acredito mais em dez patronagens<sup>4</sup> do que em cem escolas!”, diz Léon Bourgeois, teórico do “solidarismo”, em 1894. “Atualmente, seja a escola excelente, ela possui um defeito capital, ela não tem *lendemain*”. Ou seja, ela não garante que seus efeitos perdurem do lado de fora. Seja ao fim do dia letivo – para aqueles que não trabalham em seguida; seja ao fim do ano letivo – quando mesmo muitos dos que trabalham já não podem trabalhar o dobro; seja ao fim da “vida escolar” – que muitas vezes se encerra logo no começo

---

4 As sociedades de patronagem nascem na primeira metade do século XIX como organizações dedicadas à instrução de jovens aprendizes, mas só se tornarão centrais no fim desse mesmo século, quando a família popular passa por um processo bastante amplo de disciplinarização. A partir daí, recebem da justiça o papel de cuidar de crianças e jovens quando a relação entre as famílias e as escolas não se mostra suficiente para fazê-lo. Assim, prolongam tanto o sistema judiciário quanto o sistema educacional para além de seus domínios mais estritos – ao mesmo tempo em que, inversamente, ambos se vêem invadidos e transformados por preocupações e práticas próprias às patronagens (Donzelot 1987). Em 1900, existiam mais de quatro mil de cunho católico e mil e quinhentas laicas. Essa cifra, ao menos, dobrará até 1914 (Loncle 2000).

da adolescência.

Trata-se de uma preocupação bastante condizente com um momento de expansão e de valorização das tecnologias disciplinares para além dos espaços fechados onde foram desenvolvidas inicialmente. Na França, certamente não por acaso, esse momento começa com a Semana Sangrenta, que decretou o fim da Comuna de Paris. É a partir daí que podemos rastrear essa expansão, nas grandes reformas urbanas, na construção de bairros operários, na criação e no funcionamento de uma assistência social estatal, nas extensas reformas do sistema de ensino, principalmente da parte voltada aos filhos dos trabalhadores. Com a 1ª Guerra Mundial, esse processo será acelerado e sustentará a primeira “mobilização total” necessária à primeira das guerras que podem ser chamadas de “guerras totais”.

Assim, não é novidade para as narrativas historiográficas sobre o assunto que, ao menos na Europa ocidental, o avanço da rede disciplinar sobre o tempo livre dos mais jovens foi, em grande medida, impulsionado por uma estratégia, bastante difusa e compartilhada na época, de fortalecimento da nação ou da raça – seja num clima de preparação para uma possível guerra entre impérios, seja no transcorrer de uma guerra mundial. No entanto, infelizmente, essa percepção tem levado muitos a dar demasiada atenção aos elementos tipicamente militares, disciplinadores e racistas que, a partir daquele momento, passaram a fazer parte da vida dos mais jovens. Segundo essa perspectiva, o auge desse processo estaria no “recrutamento” e na “manipulação” realizada pelos mais diversos regimes totalitários, numa história contada com imagens de adolescentes uniformizados e enfileirados como soldados em seus batalhões.

De fato, os movimentos juvenis que povoaram as ruas das grandes e pequenas cidades europeias no começo do século XX foram, em grande medida, como tantas instituições modernas, “escolas de disciplina”, meios disciplinares nos quais a disciplina é também o principal aprendizado. Percebe-se isso, por exemplo, na centralidade que possui para eles o acampamento do tipo militar, um pequeno dispositivo que chegou a ser chamado por Foucault de “modelo quase ideal” para os observatórios humanos do tipo panóptico<sup>5</sup>. Além desse agenciamento ótico que automatiza a vigilância, ainda no acampamento podemos encontrar também as quatro operações centrais da disciplina moderna, bem como as quatro

---

5 “O acampamento é o diagrama de um poder que age pelo efeito de uma visibilidade geral. Durante muito tempo encontraremos no urbanismo, na construção das cidades operárias, dos hospitais, dos asilos, das prisões, das casas de educação, esse modelo do acampamento ou pelo menos o princípio que o sustenta: o encaixamento espacial das vigilâncias hierarquizadas. Princípio do “encastramento”. O acampamento foi para a ciência pouco confessável das vigilâncias o que a câmara escura foi para a grande ciência da ótica.” (Foucault 1987: 144).

individualizações correspondentes a elas<sup>6</sup>.

Entretanto, essa descrição não parece ser suficiente. Os saberes e procedimentos disciplinares são eficazes para a imposição de tarefas e comportamentos a um conjunto pequeno e enumerável de indivíduos em espaços delimitados<sup>7</sup>. Mas sozinhos são absolutamente incapazes de garantir a continuidade da própria disciplina a partir do momento em que o acampamento é desfeito, ou fora do alcance de quaisquer olhos superiores. Não podem, portanto, promover e organizar a adesão e o engajamento voluntário de uma massa dispersa e inumerável. Por isso as narrativas que se prendem a eles geralmente se veem obrigadas a recorrer a explicações mágicas que redirecionam o foco para o universo sempre nebuloso da “subjetividade”, apontando forças ocultas como a “manipulação”, o “tradicionalismo”, a “alienação” e outros avatares do mal. São histórias que, ao fim, terminam por favorecer uma análise dos anos 1960 e 70 como um período de emancipação dos mais jovens frente aos mais diversos autoritarismos modernos e arcaicos – os mesmos jovens que, agora, demonstrariam seu amor inquestionável pela paz e pela democracia, e seu horror natural à guerra e às ditaduras.

Contudo, quando uma tecnologia política encontra novas situações e problemas, acontece a ela a mesma coisa que acontece a qualquer tecnologia: ela se transforma, não apenas por meio de adaptações planejadas, mas também em função de possíveis variações imprevistas na maneira como é agenciada. Nesse sentido, quando o tempo livre dos mais jovens desafia a tecnologia disciplinar, uma das primeiras coisas que surge é um novo problema prático – que, por sinal, se tornará cada vez mais importante ao longo do século XX: o problema do “entretenimento”<sup>8</sup>. Há tempos esse problema se vê carregado com

---

6 Esses conjuntos de procedimentos e individualizações são tratadas por Foucault na parte “Disciplina” de *Vigiar e Punir* (1987). Primeiro, o levantamento de um acampamento é a construção de um “quadro vivo”, de um pequeno jardim de barracas, cada uma se constituindo como uma individualidade “celular” que ocupa uma posição numa fila. Uma operação que continua no plano do registro escrito centralizado, por meio do qual cada indivíduo tem seu número de inscrição, uma posição no *rank* escoteiro. Em segundo lugar, a própria montagem do acampamento, bem como as marchas e apresentações públicas, envolvem o treinamento de manobras, de maneiras de articular uma sequência de gestos corporais com os instrumentos carregados por cada um – uma individualização “ergonômica” (ou “orgânica”). Em terceiro lugar, os “treinamentos” realizados por esses movimentos quase sempre decompõem o tempo em sequências que são finalizadas em etapas e provas (“quem consegue montar uma tenda em menos tempo?”). Do mesmo modo, neles a trajetória de cada indivíduo é individualizada de maneira “genética” por meio da definição de séries temporais, cada uma correspondendo a um posto no interior de uma hierarquia, com a qual são articuladas posições e tarefas. Enfim, não restam dúvidas de que os acampamentos dos movimentos juvenis mais admirados são justamente aqueles em que a composição do tipo “tática” ou “combinatória” das forças individualizadas é empregada na mais perfeita regularidade, sob o mais discreto dos comandos superiores.

7 Foucault (1987) e Deleuze (2005).

8 Mais uma vez, os termos de L. Bourgeois são pistas interessantes. Para ele, uma sociedade de patronagem poderia ser “(...) tudo aquilo que se quiser (...) podem ser conferências, jogos, uma fanfarras, uma orquestra, uma sociedade de ginástica, pouco importa, não importa o que, tudo aquilo que entreter a criança, tudo aquilo que a habituará a uma solidariedade, tudo aquilo se chama patronagem e será muito bom” (Bourgeois 1894 apud Loncle 2003: s/p).

preocupações pedagógicas. Afinal, como preencher e conduzir de modo proveitoso para a saúde e o comportamento dos mais jovens o seu “tempo livre”, os seus momentos de lazer e prazer, sem que para isso seja preciso recorrer aos instrumentos mais duros e sufocantes do disciplinamento, como a vigilância cerrada e a arbitrariedade comandadas por autoridades hierárquicas?<sup>9</sup>

Essas preocupações liberais, próprias de uma parcela “ilustrada” da elite europeia e estadunidense, procuravam certamente lidar com uma conhecida resposta dos mais jovens em relação à expansão do disciplinamento. Naquela mesma passagem de século, era uma prática corrente entre jovens de quase todas as classes sociais a formação de pequenos bandos e a fuga, pelas mesmas vias utilizadas pelas organizações de lazer, em direção à “natureza”, em busca de um exílio que fosse também meio de regeneração e meio de condução de um êxtase coletivo, em volta da fogueira, numa comunhão à base de músicas populares “antigas”, poesias carregadas de “sentimentos verdadeiros”, histórias das mais diversas guerras descobertas em escritos de generais e outros heróis nacionais. O meio natural é aí meio de conexão com uma temporalidade mítica e, através dela, com um outro destino, diverso daquele construído pelos mais velhos, menos “individualista”, “artificial” e “degenerado”, mais “solidário”, “natural” e “saudável”.

Os movimentos juvenis de estilo militar nascem justamente em meio a essa crise educacional e civilizacional, geracional e política. Ainda que alguns certamente tenham sido criados pelos próprios jovens, os maiores e mais importantes foram todos empreendimentos ligados a organizações mais tradicionais, como partidos e igrejas. Mas, de um jeito ou de outro, todos se inspiraram em alguma medida no “primeiro” e mais duradouro de todos, o *Boy Scouts Movement*, ou Movimento Escoteiro, fundado já na primeira década do século XX, na Inglaterra e nos EUA. Ele guarda até hoje consigo uma combinação estranha, muito específica, que se traduz numa trajetória igualmente estranha e específica<sup>10</sup>. No seu interior

---

9 No caso das patronagens francesas, bem como de uma parte considerável das instituições de lazer que se espalham no começo do século XX pelo mundo industrializado, a resposta a essas preocupações passa por um tema bastante comum na época: a “solidariedade” entre os membros da mesma nação. Um objeto para o qual, entretanto, os procedimentos disciplinares não têm tanta utilidade. Basta ver uma sala de aula tradicional: elas servem mais propriamente para isolar individualidades e desfazer laços de solidariedade.

10 O movimento escoteiro surge como uma solução perfeitamente encaixável no processo de expansão do disciplinamento, combinando a abertura ao lazer juvenil e aos esportes com todo um sistema organizativo e simbólico militar e ainda com alguns dos princípios pedagógicos mais liberais e cientificamente informados do começo do século XX. Invenção tão perfeita que, mesmo após a 1ª Guerra Mundial calar um tanto do êxtase bélico europeu e tornar obsoletas as técnicas militares de sobrevivência ensinadas, ele se difunde mundo afora e ganha dois milhões de membros em pouco mais de uma década. Seu “método” é admirado e reivindicado tanto pela Liga das Nações – carregada com o novo pacifismo dos Estados vencedores – quanto pelas organizações juvenis mais “autonomistas” e “guerreiras”, como a Juventude Hitlerista. E, para finalizar esse estranho currículo, o escotismo continuou crescendo mesmo após a 2ª Guerra Mundial, quando uma série

podemos enxergar em pleno funcionamento uma versão inicial e relativamente restrita de uma tecnologia política muito familiar para aqueles que vivem este começo de século XXI: um engenhoso “dispositivo de participação”.

Na primeira década do século XX, esse movimento emerge carregado de promessas para todos os envolvidos na situação. Por um lado, ele promete ser um verdadeiro aliado – e não um concorrente ou substituto – para todas as principais instituições dedicadas a governar a vida dos mais jovens: da família ao Estado, passando pela escola, pela comunidade, pela Igreja e pela ciência. Promete “um filho mais útil e agradecido”, “um estudante mais diligente e obediente” e “um jovem homem mais eficiente e melhor preparado”<sup>11</sup>. Oferece ainda uma colaboração direta e voluntária com a polícia, com o corpo de bombeiros, os hospitais e suas campanhas, as companhias de luz e telecomunicação etc.

Por outro lado, o Movimento Escoteiro seduz os mais jovens – preferencialmente os adolescentes, os *boys* – oferecendo-lhes a realização de seus desejos por aventuras, pelas caminhadas, pela natureza, pela música tradicional, pelas histórias dos campos de batalha, por escapar à vigilância escolar e familiar para se congregar a seu bando de amigos, por técnicas de sobrevivência na natureza e de ajuda no meio urbano. Um movimento onde, enfim, sejam tratados como sujeitos ativos e autônomos, confiáveis e responsáveis pelo futuro de suas nações, como sujeitos de comunicação e não objetos mudos de vigilância; como verdadeiros “cavaleiros”, como os heróis medievais, entre companheiros, irmãos mais novos e mais velhos, e não como meros soldados, isolados perante olhos superiores.

Apenas por aí já se percebe que um movimento como esse mantém uma certa distância em relação ao esquema militar, cuja tendência “é a de instruir a partir de fora, pela imposição”. São as palavras do seu fundador, o General Baden-Powell, que por isso mesmo recusou desde sempre qualquer filiação a organizações juvenis militares. Como todo bom pedagogo liberal que procurava “acompanhar a necessidade dos tempos”, ele preferia “educar os meninos [*boys*] individualmente a partir de dentro, no caráter e na auto-disciplina – o que, acima de tudo, é a base da eficiência, seja no soldado, no marinheiro ou no cidadão”<sup>12</sup>. Em

---

de valores e métodos disciplinares começaram a perder sentido, quando ele mesmo vai aos poucos se transformando num objeto de chacotas públicas. Hoje, ele sobrevive, muito bem por sinal, com 38 milhões de membros registrados ao redor do planeta, apesar de já não ser, definitivamente, uma grande opção pedagógica em lugar algum.

11 Encontramos todo esse conjunto de promessas bem sistematizado num manual de 1914 para mestres escoteiros do movimento estadunidense (BSA 1914). Mas, trata-se de algo efetivamente presente desde a fundação do movimento, por volta de 1907 na Inglaterra, pelo General Baden-Powell.

12 Dizendo isso, Baden-Powell justificava a não filiação de seu movimento ao Movimento de Cadetes, organizado pelo exército inglês. “O objetivo do Movimento de Cadetes é, presumivelmente, como o de todos os Escoteiros, prover um ambiente e atividades no tempo de lazer dos meninos em linhas complementares à escola. Mas oferecer o velho estilo da

outros termos, ainda mais abstratos e gerais:

Não havia nada especialmente original no Escotismo. Trata-se de uma evolução natural de muitas ideias reduzidas a um sistema, sendo o seu ponto principal o de reconhecer as necessidades básicas da nação e o de ter um sistema elástico por onde [*where-through*] encorajar o futuro indivíduo cidadão a desenvolver em si mesmo as qualidades que são desejadas.<sup>13</sup>

É justamente esse “sistema elástico”, ou melhor, esse *meio* – esse “*where-through*” – aquilo que mais se espalha ao longo das primeiras décadas do século XX, para muito além do escotismo. Esse movimento foi apenas uma organização específica e concreta por meio da qual foi agenciado um conjunto mais ou menos organizado de técnicas que de maneira alguma lhe pertence com exclusividade<sup>14</sup>. Um conjunto de procedimentos que podemos chamar de *meio participativo de governo* produzido e organizado como um dispositivo de participação.

Num plano mais abstrato, são quatro os procedimentos. Se, para lidar com o espaço, um meio disciplinar como o escolar produz algo como uma sala de aula, ou seja, quadricula e enfileira, o meio participativo opera um processo de “ambientação”. Um ambiente é sempre relativo a alguém. Tal deslocamento corresponde à preocupação central de toda a nova pedagogia experimental em construir processos de aprendizado onde as imposições e comandos externos sejam substituídos por “estímulos”. Já para ordenar o tempo, ao invés de planejar uma sequência de exercícios repetitivos e finitos, esse mesmo meio promove processos infinitos, diversificados e simultâneos de iniciação a determinadas habilidades – algo que pode ser chamado de “capacitação”. Na mesma linha, quando se trata de conduzir a relação de cada corpo com cada artefato durante a execução de tarefas, o meio participativo não serve para prescrever manobras e foca sobretudo nos resultados das ações, “responsabilizando” seu sujeitos. Por fim, para condução conjunta desses elementos e de um coletivo de indivíduos, esse meio organiza a formação de “equipes” – algo muito distante do estilo orquestral do meio disciplinar.

Ambientação, capacitação, responsabilização e formação de equipes. Quatro procedimentos que estão longe de precisarem de uma diagramação panóptica como aquela

---

instrução imposta não parece ser nem algo que mereça congratulações nem algo complementar aos métodos dos educadores modernos, como também não acompanha as necessidades dos tempos” (Baden-Powell 1929: 18).

13 Baden-Powell (1929: 10 tradução livre).

14 Na época é possível identificar uma tecnologia muito parecida sendo empregada pelo famoso movimento pedagógico pela “educação nova” que conduziu uma série de experiências escolares. Sobre isso, ver Candotti (2011).

que é imanente a qualquer sala de aula ou acampamento militar.

Nós descobrimos que os meninos não precisavam de ordens ou punições para garantir sua disciplina. Eles a compreenderam desde o primeiro momento que deviam “jogar o jogo”, e fizeram o seu melhor para colocar em prática o que se esperava deles.<sup>15</sup>

Para potencializar o seu funcionamento conjunto, esses quatro procedimentos precisam, simplesmente, que se dê início a um jogo. É, acima de tudo, através de sua instauração que um movimento juvenil como o escoteiro procura “encorajar o futuro indivíduo cidadão a desenvolver em si mesmo as qualidades que são desejadas”.

Enfim, não é difícil perceber que o jogo não implica necessariamente numa relação de vigilância. No lugar disso, ele demanda o agenciamento de relações de confiança. Trata-se de um trabalho sobre relações pessoais. Mas não relações pessoais imediatas e sim mediadas pela referência a um laço comum e anterior que pode ser o próprio movimento ou qualquer outra unidade, desde que maior do que aquela estabelecida pela própria relação. Pode ser o laço nacional ou mesmo aquele que define uma pequena “equipe” de escoteiros. Uma mediação como essa permite que a confiança se construa fora de uma relação de reciprocidade imediata, e como uma relação hierárquica, onde um lado deve confiança a um outro que já provou ser digno de confiança perante à unidade superior. Mas trata-se de confiar e não de obrigar. Afinal, não se demanda do sujeito que é governado por meios participativos que obedeça – e sim, que ele se responsabilize. Pois não se deseja simplesmente que ele cumpra tarefas – e sim, que ele *sirva* a uma coletividade maior, um “movimento”, uma “nação” etc.

Em muitos lugares, por muito tempo, apenas aqueles que já eram filhos de famílias “confiáveis” mereceram um tal tratamento. Porém, entre os movimentos juvenis europeus isso não demorou muito para mudar. Após a 1ª Guerra Mundial e suas consequências econômicas, e após a Revolução Russa e seu chamado político, até mesmo um movimento elitizado como o dos escoteiros precisaria rever seus princípios e, mesmo, ajustar seus objetivos. É nesse momento que essa arte de construção de relações de confiança volta-se na direção dos filhos da classe trabalhadora, tornando-se um instrumento para a promoção de “oportunidades iguais”<sup>16</sup>. E é dessa maneira que o dispositivo de participação se torna uma peça

---

15 Baden-Powell (1929: 10, grifo meu). Tradução livre.

16 Como chegaria a dizer Baden-Powell em 1929, “o nosso desejo é ajudar o menino – e *principalmente* o menino mais pobre – a ter uma chance justa [*fair chance*], que no passado lhe foi negada, de se tornar um cidadão auto-respeitável, feliz e de sucesso, imbuído com o ideal de servir aos outros” (1929: 16). Nada mais natural, então, que as Côrtes Juvenis passem a enviar “frequentemente” às Tropas Escoteiras *boys* “moralmente defeituosos” para nelas serem “reformados através do choque de ser confiado em sua honra e bondade engendrado pela camaradagem com seus líderes (...) Há abundância de

absolutamente indispensável para a ampla mobilização da juventude adolescente das principais potências mundiais da primeira metade do século XX.

Com o fim da 2ª Guerra, no mundo ocidental, os movimentos juvenis do tipo “militar” terão, junto ao próprio saber racista que lhes conferia sentido, o mesmo destino do nazismo: serão identificados como expressões do totalitarismo. Nesse momento, a crítica que recai sobre eles opta por atacar apenas os elementos tipicamente disciplinares de seu funcionamento, separando e blindando exatamente o dispositivo de participação que, assim, aos poucos, se vê “emancipado”. As implicações disso serão sentidas principalmente nas escolas, invadidas progressivamente por uma nova pedagogia liberal. Mas é possível ir além e perceber as redefinições liberais da política democrática e da economia de mercado das quais somos herdeiros. Com elas, ambos esses domínios são cada vez mais cientificamente percebidos e operacionalizados como jogos cujo problema prático principal é sempre o mesmo que motiva a própria pedagogia: o do estímulo ambiental à participação ativa e livre, inteligente e inovadora, capacitada e responsável das equipes de jogadores – das menores famílias e dos mais temporários grupos de alunos aos maiores partidos e empresas<sup>17</sup>. O meio “participativo” de governo produzido continuamente pelo referido dispositivo permite que esses domínios de saber – que, além de particulares, se querem independentes – ressoem juntos<sup>18</sup>.

O mito de 1968 é fruto desse deslocamento, dessa emancipação do dispositivo de participação. E, nas últimas décadas, temos assistido claramente à consolidação dessa tecnologia política para a gestão e o apaziguamento das lutas populares.

### **3. Um caminho ancestral e pragmático: a via gangsta**

Ao longo das últimas duas décadas, a “juventude pobre” tornou-se um dos objetos prediletos dos saberes “sociais” que circulam das favelas aos departamentos de Estado, passando pelas grandes mídias e pelas universidades e institutos de pesquisa. É interessante observar a ambiguidade com que o Hip Hop aparece no meio disso. Por um lado, desde as suas primeiras aparições, uma suposta intimidade com o “mundo do crime” – com seu dialeto, suas vestimentas, suas ostentações, enfim, com sua estética – tem ensejado reações críticas

---

espírito correto mesmo – ou melhor, especialmente – no pior tipo de menino que você possa encontrar, pronto para responder se a oportunidade for dada” (id: 11).

17 Sobre esses deslocamentos no saber liberal ver Foucault (2004a).

18 Um registro maior disso são os textos das primeiras conferências da Unesco (1964, 1946) sobre o tema.

carregadas de medo. Teme-se que isso possa incitar frágeis e inocentes crianças à violência. Por outro lado, aos poucos, tornaram-se cada vez mais comuns as considerações positivas e acolhedoras que frisam sua importância como um “novo movimento cultural juvenil” para a realização de dois dos mais famosos objetivos políticos da atualidade: a inclusão social e a pacificação. Afinal, como se sabe, é possível enxergar no Hip Hop um instrumento muito especial para garantir a “participação” dos jovens mais “vulneráveis” e “excluídos” nos jogos da democracia e do mercado. Do ponto de vista dos saberes “sociais”, tal ambiguidade é, certamente, um problema a ser superado<sup>19</sup>. E esse saber não é uma exclusividade das elites, podendo ser observado inclusive no interior da própria rede – bastante vasta e heterogênea – que forma o Hip Hop.

Na última década, no entanto, essa ambiguidade ganhou, muito aos poucos, uma nova importância: descobriu-se que a intimidade estética desse movimento com o mundo dos “bandidos” pode ser útil, e que sem isso ele talvez perdesse a sua principal arma no “resgate” dos jovens. É certo que uma das condições para essa descoberta foi uma reavaliação dessa estética, que deixou de ser exclusividade do “crime” para ser uma “cultura” mais geral, pertencente às “ruas”. Em todo caso, nem sempre é simples convencer as mães trabalhadoras de que se trata de algo bom. Afinal, a mesma ambiguidade apenas se desloca: agora ela é própria a essa “cultura” e não mais ao movimento Hip Hop.

Esse deslocamento implica num novo conjunto de problemas práticos que diz respeito à gestão dessa diversidade mínima de “culturas”. É assim que os saberes “sociais” encontraram nos saberes “multiculturalistas” bons aliados. E um dos resultados mais importantes dessa aliança é um aperfeiçoamento no controle dos agentes que assumem a posição de “mediadores” da relação intercultural, ou seja, de redes e coletivos como aqueles que formam Hip Hop. Como mediadores, são eternamente suspeitos, de modo que são interpelados a todo momento a respeito de seus propósitos, para que reafirmem seu “compromisso” com “a sociedade”, com as regras do jogo democrático e do jogo econômico. Para que possam ampliar a “participação” dos mais jovens dentre os “pobres”, é preciso que sejam participantes “confiáveis”.

É desse modo que, há muito tempo, o Hip Hop é convidado a negar verbalmente e esteticamente seu parentesco com uma de suas vertentes mais polêmicas e estigmatizadas: o *gangsta*, que para muitos tem como principal característica a valorização da “sexualidade”, da

---

19 O relatório de Abramovay (1999) para a Unesco e o artigo de Kehl (1999) sobre os Racionais são bons exemplos de textos que frisam essa ambiguidade.

“violência” e do “crime”, seja por suas práticas discursivas, seja por aquelas que não são apenas discursivas. Mesmo no Brasil, onde há quem diga não haver qualquer rap próximo ao *gangsta*<sup>20</sup>, esse convite permanece. Por aqui, mesmo os rappers mais famosos são volta e meia questionados quando, em um ou outro rap, assumem a perspectiva de um “bandido” ou, mesmo quando, simplesmente, recorrem a um dialeto que, aos ouvidos das elites, parece próprio ao “mundo do crime”.

Contudo, ao que nos parece, se é possível falar em um “Hip Hop brasileiro”, esse Hip Hop, mesmo em suas versões mais “paz e amor”, estende e atualiza uma linha de ancestralidade que necessariamente passa pelo *gangsta* e que deve muito à sua sabedoria. E o faz de diversas maneiras e às claras. A dificuldade em reconhecer esse parentesco parece ser devida a um esquecimento que diz respeito mais ao *gangsta* do que ao próprio Hip Hop brasileiro.

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que foi justamente com o *gangsta* – e não com o “rap de protesto”, “politizado” nos termos clássicos da esquerda – que o Hip Hop estadunidense ganhou força e espaço nos EUA<sup>21</sup>. Não estamos nos referindo à sua presença massiva na grande mídia a partir de meados dos anos 1990, e sim ao momento em que ele aparece como uma novidade, como uma invenção política dos guetos negros no auge da política estadunidense de encarceramento em massa e de fomento à guerra entre gangues e polícias em torno da economia miserável do crack. Momento marcado também pelo abandono desses bairros por parte da própria classe média negra e de suas organizações sociais<sup>22</sup>. É num instante como esse que a primeira geração *gangsta* decide não mais questionar o destino do “crime” – ou, como seria nomeado nas ruas, *tha Game*<sup>23</sup> – como uma simples escolha de cada jovem. No lugar disso, ela tomou para si outro desafio: o de valorizar o saber das ruas, aquele que circulava também pelas penitenciárias estadunidenses e permitia a muitos sobreviverem na adversidade. Um saber altamente pragmático, mas que de modo algum pode ser

---

20 Um exemplo clássico e importante é o “O Livro Vermelho do Hip Hop”, de Spency Pimentel (s/d), que afirma que rappers brasileiros não “conseguem chegar perto da total falta de fé que impera entre esses rappers americanos”.

21 Sobre o Hip Hop estadunidense, sua história e características, vale a pena procurar a compilação de artigos organizada por Forman e Neal (2004) e também a excelente dissertação de mestrado de Sawaya (2011).

22 Sobre esse economia e sua miséria ver a conferência de Steven Levitt (2004) baseada numa famosa pesquisa realizada em parceria com Sudhir Alladi Venkatesh (Levitt & Venkatesh 2000). Sobre o êxodo da classe média ver Davis (2009). Sobre tudo isso ver também o documentário de Lazin (2003) sobre a vida de Tupac Shakur.

23 A dissertação de mestrado de Adalton Marques (2009) é uma excelente referência para uma noção de “crime” que não seja nem jurídica, nem policial, mas – como ele mesmo diz – “nativa”. É interessante também notar como esse antropólogo se vê conduzido por seus interlocutores a comparar o crime com um jogo, mais especificamente com o de cartas.

caracterizado como individualista e mercenário<sup>24</sup>.

Com esse saber, a primeira geração do *gangsta* fez ao menos duas coisas. Por um lado, fez uma arte, especialmente poesia. Não uma que meramente esfregasse, de maneira ameaçadora e vingativa, a mesma “violência” que era ao mesmo tempo imposta e imputada à vida dos guetos na cara daqueles que tomaram seu moradores por “irrecuperáveis”. Ao contrário, tratava-se de fazer uma poesia dirigida para dentro do próprio gueto que fosse o resultado e o instrumento de uma reflexão sobre a sua história de lutas em meio a uma guerra civil iniciada há muito tempo. O *gangsta* assumiu para si a missão de manter vivo um saber ancestral, remetido aos chamados de *Original Gangstaz (O.G.z)* e daquelas que seriam as suas palavras e a sua ética, sempre voltadas à autopreservação e ao fortalecimento da própria comunidade negra<sup>25</sup>.

Porém, assim com não deveria ser lembrado somente como um mero estilo “bárbaro” adequado à barbárie da grande mídia, o *gangsta* também não foi apenas uma forma “cultural” de expressão desse saber ancestral. Num movimento contrário ao caminho, geralmente solitário e humilhante, que conduz aos braços mercenários e traiçoeiros das grandes empresas da “indústria cultural”, aquela geração *gangsta* deu início a um processo de difusão desse saber – bem como do “jogo” no qual ele faz sentido – através do mercado “cultural” e para a construção de uma nova posição de resistência frente à política de massacre que incidia sobre os guetos<sup>26</sup>.

Um exemplo menor e bastante desconhecido a esse respeito foi a criação do “Código da Vida Bandida” (*Code of Thug Life*). Redigido pelo rapper Tupac Shakur e pelo seu tio Mutulu Shakur<sup>27</sup> como um instrumento simples de regulação das relações entre as “gangues” e destas com os demais moradores dos guetos negros dos EUA, esse código foi acordado

24 Sobre esse saber ver Lima (1991), Barbosa (1998) e Hirata (2010).

25 “*The Last Poets* fizeram isso com poesia. E mesmo na nossa história na antiga civilização africana, poetas iam de vila em vila e era assim que estórias e mensagens e lições eram ensinadas, tá ligado? E, então, a história se repete. E, então, isso foi, você sabe, óbvio. Foi aprender isso, sabe? Sendo a raça que somos, sendo a raça forte que somos, nos aprendemos aquelas vibrações positivas e começamos a fazer rap. E, então, eu acho que isso é um meio muito bom também.” Apesar de não sabermos quando essa fala foi gravada, a voz é a de Tupac e pode ser ouvida em: [http://www.youtube.com/watch?v=pm2ysOq\\_ouE](http://www.youtube.com/watch?v=pm2ysOq_ouE). *The Last Poets* foi um grupo de poetas e músicos dos anos 1960 bastante engajados nos movimentos negros. Sobre eles ver: [http://en.wikipedia.org/wiki/The\\_Last\\_Poets](http://en.wikipedia.org/wiki/The_Last_Poets).

26 Sobre a elaboração dessa verdadeira “via *gangsta*” ver Candotti (2012).

27 Médico acupunturista, ex-membro do Exército de Libertação Negra. Foi detido pela justiça estadunidense em 1986, após permanecer cerca de cinco anos na lista dos *FBI Ten Most Wanted Fugitives* em função de um assalto (no valor de US\$ 1,6 milhões) a um carro forte em 1981, em Nova Iorque. A ação foi provavelmente a última organizada pelo *Black Liberation Army*. Para essas e outras informações ver <http://mutulushakur.com/>. O *Code of Thug Life* traduz para as ruas aproximadamente os mesmos princípios dos códigos criados por organizações fundadas por presos no Brasil ao longo dos últimos 30 anos. (Disponível em <http://www.thuglifearmy.com/news/?id=8>).

“publicamente” no *Truc Picnic* organizado logo após o Los Angeles Riots<sup>28</sup>, em 1992, pelos dois maiores conjuntos de “gangues” rivais daquele país, os Bloods e os Crips. Um consenso temporário que rendeu ainda a elaboração de um ambicioso “Plano de Reconstrução” da cidade, que chegaria a ser proposto publicamente. O projeto – que estipulava um gasto de US\$ 3,728 bilhões, contra os US\$ 1 bilhão estimados para o “prejuízo” causado pelo *riot* – incluía propostas para as áreas da educação, da assistência social, do desenvolvimento econômico e até um “*face-lift*” pós-*riot*, além de uma ideia simples para o domínio da segurança pública e na qual as gangues se colocavam à disposição do Estado para assumirem formalmente a função de patrulhamento comunitário – desarmado e comprometido com a Lei<sup>29</sup>.

Assim, no vazio deixado pelos movimentos da classe média negra, o *gangsta* forjou um novo dispositivo de resistência, de sobrevivência na adversidade, e uma nova forma de fazer política. Não por acaso, após um curtíssimo período de tempo, o Hip Hop tornou-se referência para o próprio movimento negro e para outros movimentos. Ao nosso entender, para além de uma inevitável captura de sua estética pela grande indústria cultural, essa invenção será aperfeiçoada ao longo dos anos 1990 e 2000 por um conjunto muito mais amplo e diverso de organizações populares que surgem exatamente na medida em que recua a onda dos “novos movimentos sociais”, após duas décadas de favelização acelerada das grandes cidades, em meio às mais altas taxas de desemprego, quando a contenção violenta (via encarceramento em massa e chacinas) consolida-se como política de Estado para a nova ralé urbana em tempos “democráticos”. O Brasil é a esse respeito um exemplo maior<sup>30</sup>.

---

28 O L.A. Riots foi uma revolta popular de grande porte ocorrida entre 29 de abril e 4 de maio de 1992. Foi controlada apenas com a presença das forças Defesa Nacional e após 25 mil prisões. Seu estopim foi a absolvição dos policiais envolvidos no famoso caso de espancamento do caminhoneiro negro Rodney King em 1991. Na época, o crime foi gravado e reproduzido por canais de televisão de todo o mundo. Sobre essa revolta, ver Davis (1992) e o bom verbete na Wikipedia ([http://en.wikipedia.org/wiki/1992\\_Los\\_Angeles\\_riots](http://en.wikipedia.org/wiki/1992_Los_Angeles_riots)). É possível dizer que ela marca o começo de uma nova fase na história das revoltas populares urbanas que desde então têm tido como motivação mais imediata a violência policial.

29 O plano e outras informações sobre as gangues em questão estão disponíveis em: <http://www.gangresearch.net/GangResearch/Policy/cripsbloodsplan.html>. A citada solução para a segurança pública lembra um tanto a provocação feita por José Junior, coordenador do famoso Grupo Cultural AfroReggae, a respeito da legalização das “drogas”: “Eu sou contra, totalmente. Seria a favor, se o gestor fosse quem está hoje operando de maneira ilegal. Como sei que não será, que vão vir as grandes indústrias, sou contra. Vai vir todo um capital estrangeiro para ganhar bilhões de dólares, e esse cara que tanto matou e morreu não vai beneficiar” (Coelho 2010).

30 Sobre favelização ver Davis (2006). Sobre a situação brasileira ver Arantes (2010). Movimentos e organizações brasileiras de direitos humanos chegam a falar numa “era das chacinas”, listando uma quantidade impressionante (ainda que conhecida) de casos nos últimos vinte anos, começando pela Chacina de Acari em 1990 (Movimento Mães de Maio 2011). Ao contrário do que costuma ser veiculado pela grande mídia e narrado em textos oficiais sobre o novo “protagonismo” juvenil, o nascimento de organizações populares voltadas aos mais jovens resulta geralmente de eventos como esses – e não simplesmente da luta contra o domínio tráfico de drogas. Exemplo maior e famoso é o Grupo Cultural AfroReggae, que aparece em resposta à chacina de Vigário Geral (1993) e que, ao longo dos últimos vinte anos, tornou-se sem dúvida a organização (ou empreendimento) popular mais importante do Rio de Janeiro.

Tratam-se de organizações de natureza radicalmente fronteiriça, posicionadas entre as forças da segurança pública e as da inclusão social, entre o jogo político e o jogo econômico e entre o mundo que reúne todos esses domínios e aquele que *supostamente* reúne a ilegalidade à pobreza e a tirania a uma certa selvageria econômica. São organizações que não atuam como uma representação política comunitária – ainda que operem como agentes mediadores entre os poderes públicos, os investidores privados, os trabalhadores e, até mesmo, os chamados “bandidos”; nem como movimento reivindicativo – ainda que elaborem e participem ativamente de campanhas públicas; nem como as “organizações não governamentais” que proliferaram nos anos 1990 – ainda que executem os mesmos tipos de programas sociais, que sejam financiadas por parcerias públicas e privadas e que por vezes sejam registradas e identificadas como tais; e, finalmente, tratam-se de organizações que também não atuam como simples empresas privadas – ainda que geralmente se voltem à produção de mercadorias culturais<sup>31</sup>.

Logo, não surpreende que haja alguma dificuldade em identificar o lugar dessas organizações nas diversas sociedades em que existem. Em todo caso, nos parece que a história do nascimento do *gangsta* – que, num certo sentido, é apenas mais um mito – ajuda a pensar para além do registro criado pelo mito de 1968.

#### **4. O escotismo e o gangsta: duas linhas, dois dispositivos, um motor**

Um dispositivo de resistência nem sempre se opõe aos saberes que, em princípio, podem ser considerados seus “inimigos”. O sindicato é um exemplo clássico disso, uma vez que nem sempre ele serve para escapar ao saber liberal que estimula e regula sua própria existência. Nem por isso deixou de ser extremamente eficaz como um dispositivo de resistência popular ao longo de mais de um século de histórias. Há quem se pergunte, em tom “crítico”, se o capitalismo teria sobrevivido sem essa organização dos trabalhadores. Mas, para que essa questão faça sentido seria preciso perguntar primeiro se os próprios trabalhadores teriam sobrevivido – e como.

Com o dispositivo inventado pela primeira geração *gangsta* a história não parece ser tão diversa. Se as organizações populares hoje parecem fazer questão de jogar o jogo da participação e colaborar no agenciamento coletivo do dispositivo que o sustenta, é possível ver nisso algo mais do que uma pura carência, seja de “consciência política”, de “espírito

---

31 Uma boa análise sociológica inicial desses novos agentes pode ser encontrada em Ramos (2008).

crítico”, de “radicalismo” etc. Afinal, essa capacidade de se posicionar e agir como um jogador confiável não poderia ser justamente a sua grande “jogada”? O interesse dos saberes sociais pela “cultura das ruas” não tornaria suas tentativas de “inclusão” e “pacificação” dependentes de um outro conjunto de saberes, que não circula apenas pelas ruas e que aparenta ser tão pouco moderno? Enfim, não seria essa tensão e essa instrumentalização recíproca aquilo que faz funcionar o motor que impulsiona a emergência das novas organizações populares ao centro da luta política?

### **Bibliografia**

- ABRAMOVAY, M. et al. (1999) *Gangs, crews, buddies and rappers: youth, violence and citizenship around the the outskirts of Brasilia*. Brasília: Unesco.
- ARANTES, P. (2010) “1964, o ano que não terminou”. In: SAFATLE, V.P. e TELES, E. (orgs). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo
- BARBOSA, A. R. (1998) *Um abraço para todos os amigos – considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: EdUFF.
- BADEN-POWELL, R. (1908) *Scouting for Boys: a Handbook for Instruction in Good Citizenship*. London: Horace Cox.
- \_\_\_\_\_. (1929) *Scouting and Youth Movements*. London: Ernest Been Limited. Acessado em [www.thedump.scoutscan.com](http://www.thedump.scoutscan.com) em fevereiro de 2010.
- BSA – Boy Scouts of America (1914) *Handbook for Scout Masters*. 1st edition. New York City.
- CANDOTTI, F. (2012) “1992 – a via gangsta”. *Áskesis*. Revista dos Discentes do PPGS/UFSCar. V. 1, n. 1, jan/jul – 2012, p. 126 – 141.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da juventude – a participação como meio de governo*. Tese (doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas, 2011.
- CARDOSO, I. A. R. (2005) “A geração dos anos 60: o peso de uma herança”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 100-121.
- \_\_\_\_\_. (1998) “A comemoração impossível”. *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 1-12, 1998.
- \_\_\_\_\_. (1993) “A dimensão trágica de 68”. *Teoria e Debate*, São Paulo, p. 59-64, 1993.
- COELHO, A. L. (2010) “Entrevista a José Júnior: 'Não aconteceram ataques nas eleições, porque nós falamos com o tráfico'”. *Público*. 08.12.2010 Portugal. Disponível em [http://www.publico.pt/Mundo/entrevista-a-jose-junior-nao-aconteceram-ataques-nas-eleicoes-porque-nos-falamos-com-o-trafico\\_1470085?all=1](http://www.publico.pt/Mundo/entrevista-a-jose-junior-nao-aconteceram-ataques-nas-eleicoes-porque-nos-falamos-com-o-trafico_1470085?all=1). Acesso em junho de 2012.
- DAVIS, M. (2009) *Cidade de quartzo*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (2006) *Planeta-favela*. São Paulo: Boitempo.
- \_\_\_\_\_. (1992) “L.A. Inferno”. *Socialist Review*. Research Library, ano 22, n. 1, p. 57-80. Disponível em <http://www-personal.umich.edu/~sdcamp/readings/Davis,%201992.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2011.
- DELEUZE, G. (2005) *Foucault*. São Paulo: Brasiliense.
- DONZELOT, J. (1986) *A polícia das famílias*. Rio de Janeiro: Ed. Graal.
- FOUCAULT, M. (2004) *Naissance de la biopolitique*. Coll. Hautes Études. Paris: Gallimard & Seuil.
- \_\_\_\_\_. (1987) *Vigiar e Punir: nascimento das prisões*. Petrópolis: Vozes.
- FORMAN e NEAL (org.) (2004) *That's the joint! The Hip-Hop studies reader*. New York, London: Routledge.
- HIRATA, D. V. (2010) *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- KEHL, M. R. (1999) “Radicais, Raciais, Racionais: a grande fratria do rap na periferia de São Paulo”. *São Paulo em Perspectiva*. Vol. 13 nº 3. São Paulo.
- LEVITT, S & VENKATESH S. A. (2000) “An economic analysis of a drug-selling gang's finances”.

- The Quarterly Journal of Economics*, August 2000. Massachusetts Institute of Technology.
- LIMA, W. da S. (1991) “Quatrocentos contra um – uma história do Comando Vermelho”. Petrópolis: Vozes. Rio de Janeiro: ISER.
- LONCLE, P. (2003) *L'action publique malgre les jeunes*. (mimeo)
- MOVIMENTO MÃES DE MAIO (2011). *Do luto à luta: Mães de Maio*. Fundo Brasil de Direitos Humanos.
- MARQUES, A. (2009) *Crime, proceder, convívio-seguro. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- PIMENTEL, S. (s/d) *O Livro Vermelho do Hip Hop*.  
Disponível em [http://centralhiphop.uol.com.br/site/?url=biblioteca\\_detalhes.php&id=12](http://centralhiphop.uol.com.br/site/?url=biblioteca_detalhes.php&id=12)
- RANCIÈRE, J. (2008) “Vamos invadir!”. Folha de S. Paulo, Caderno MAIS!, 04 de maio.
- SAWAYA, S. (2011) *Entre a paranóia da imaginação e a percepção alucinatória: hip-hop e postura de oposição na sociedade do fim da história*. IFCH/ Unicamp. Dissertação de Mestrado
- UNESCO. (1964a) *International Conference of Youth: Final Report*. Ed/211, Grenoble.
- \_\_\_\_\_. (1946) *Conference Général – Première Session*.

#### **Audiovisual**

- LAZIN, L. (2003) *Tupac: Resurrection*. Amaru Entertainment. MTV Films. Paramount Pictures.
- LEVITT, S. (2004) Is thug life a happy life? TED Conferences. Disponível em [http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/steven\\_levitt\\_analyzes\\_crack\\_economics.html](http://www.ted.com/talks/lang/pt-br/steven_levitt_analyzes_crack_economics.html). Acesso em junho de 2012.